

Comissariado contra a Corrupção Atento às Eleições e Comissário da Auditoria Reforça Relações com Instituições Congéneres



Em 2017, com o objectivo de assegurar a integridade, a justiça e a imparcialidade das eleições para a 6.^a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, o Comissariado contra a Corrupção (adiante designado por CCAC) definiu como prioridade a prevenção e repressão da corrupção eleitoral, bem como a promoção de umas “Eleições Limpas”. O CCAC continuou, como sempre, a exercer as suas funções na área da investigação e resolução de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude nos sectores público e privado, exercendo simultaneamente acções de provedoria de justiça, no sentido da promoção da defesa dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos. Para além disso, foram investidos esforços para a concretização das acções de divulgação e sensibilização comunitárias, e para um desenvolvimento contínuo no intercâmbio e na cooperação regional e internacional.

Em 2017, o CCAC recebeu um total de 1264 queixas e denúncias, das quais 545 foram da área do combate à corrupção, enquanto 719 da área da provedoria de justiça. Até final do ano, foi concluída a investigação de 983 casos. Relativamente aos casos de natureza criminal, foi concluída a investigação de um total de 537, tendo os mesmos sido encaminhados para o

Ministério Público ou arquivados. No âmbito da provedoria de justiça, 446 casos foram dados por concluídos e arquivados. A par disso, o CCAC recebeu 1430 pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias, sendo 793 relacionados com matéria criminal e 637 relacionados com matéria administrativa.

No que se refere às acções de sensibilização, em 2017, o CCAC desenvolveu uma série de acções com vista à realização de umas "Eleições Limpas". O CCAC organizou 28 sessões de actividades itinerantes de teatro sobre "Eleições Limpas" em colaboração com 18 escolas e, foram seleccionados 83 alunos, do 3.º ano do ensino secundário geral ao 3.º ano do ensino secundário complementar, para serem integrados no Grupo de Voluntários para as Eleições Limpas 2017. Após participarem nas respectivas actividades de formação, os voluntários participaram e prestaram apoio ao CCAC na organização de acções de promoção para umas "Eleições Limpas". Para além das anteriormente referidas, o CCAC lançou uma conta na aplicação *WeChat*, transmitindo mensagens relativas à transparência do processo eleitoral com recurso às novas redes sociais.

A par da dedicação na divulgação do conceito de "Eleições Limpas", o CCAC continuou a implementar, de forma ordenada, acções constantes de sensibilização para a integridade. As duas delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa continuaram a desenvolver as suas funções relativamente à promoção comunitária e à recepção de queixas e denúncias.

Quanto ao intercâmbio com o exterior, o CCAC enviou várias delegações para realizarem visitas às comissões de inspecção disciplinar das províncias de Zhejiang e de Hunan, às procuradorias populares de Zhuhai, de Foshan, de Jiangmen e de Zhongshan, e à Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong. Para além disso, o CCAC enviou também quadros técnicos a PyeongChang, na Coreia do Sul para participar na 15.ª Assembleia Geral da Associação do Ombudsman Asiático (AOA) e na Conferência Global de Ombudsman de PyeongChang 2017. Também se deslocaram a Viena para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, e a Shenyang, na província de Liaoning, para participar no 2.º Fórum da Polícia de Investigação Criminal e Conferência Internacional sobre Investigação Criminal e Ciência Forense. Da mesma forma, foram recebidas, respectivamente, pelo CCAC as delegações do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau, do Primeiro Instituto de Investigação e do Instituto de Ciência Forense do Ministério da Segurança Pública, do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau, do Governo Popular da Província de Hunan, da Procuradoria Popular da Província de Guangdong, da Procuradoria Popular da Província de Fujian, do Tribunal Popular de Segunda Instância de Zhongshan, do Tribunal Popular do distrito novo de Hengqin de Zhuhai, do ICAC de Hong Kong, do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais e dos Dois Lados do Estreito do Ministério da Justiça de Taiwan, do Ombudsman da Tailândia, da Comissão contra a Corrupção da Malásia, da Agência de Investigação de Práticas Corruptas de Singapura e da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, entre outras, no intuito de trocar experiências de trabalho.



Em 2017, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou três relatórios, incluindo dois relatórios de auditoria (o do Sistema de Banda Larga Sem Fios - WiFi GO e o da Coordenação e Gestão de Obras Viárias) e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2016.

O relatório de auditoria do Sistema de Banda Larga Sem Fios - WiFi GO apresentou evidentes problemas da então Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações (ex-DSRT) no que respeita aos trabalhos de planeamento, à fiscalização dos serviços de operação, à instalação de pontos de acesso sem fios e das respectivas liquidações. Desde 18 de Setembro de 2010 até Março de 2016, foram despendidas, cumulativamente, 160 milhões de patacas de erário público, na instalação da rede WiFi GO, nos serviços de operação e no pagamento de despesas relacionadas com os circuitos alugados.

O relatório indica que o mecanismo de fiscalização e acompanhamento da ex-DSRT revelou-se imperfeito e insuficiente, pois não era capaz de assegurar a qualidade do serviço WiFi GO. Além disso, verificou-se que, em seis das oito fases de instalação, o número de dispositivos instalados foram inferiores ao número previsto nos respectivos contratos. As 25 obras de instalação, no valor de 422 mil patacas, que não chegaram a ser realizadas foram, no entanto, pagas pela ex-DSRT. Devido ao facto de não ter constado no contrato qualquer cláusula de revisão do preço, apenas estando fixado o preço total e nem mesmo o facto de a ex-DSRT ter solicitado ao adjudicatário a não instalação de alguns dispositivos de acesso à rede, evitou que a antiga Direcção tivesse de proceder ao pagamento integral do preço contratual, constituindo uma situação desrazoável e desfavorável para a Administração.

Nos últimos anos, tem havido queixas por parte da população devido ao transtorno causado pelas frequentes obras viárias. O relatório "Coordenação e Gestão de Obras Viárias" revelou que, entre 2014 e 2015, foram executadas um total de 3458 obras de abertura de valas nas vias públicas, 3257 das quais foram efectuadas por entidades privadas. O CA procedeu à análise das obras viárias efectuadas nestes dois anos, de modo a determinar se os procedimentos de coordenação e gestão das obras viárias foram eficazes.

Os resultados de auditoria revelam que o Grupo de Coordenação de Obras Viárias não é um órgão vinculativo e tem apenas funções de coordenação e comunicação entre as partes envolvidas e, por outro lado, existem insuficiências nos procedimentos administrativos de apreciação e autorização das licenças de obras e na forma como é conduzida a reunião semanal de coordenação do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM). Conforme o disposto no Regulamento Orgânico do IACM e Regulamento Geral dos Espaços Públicos, o organismo é responsável pela fiscalização do andamento da execução das obras, mas, na realidade, tal não acontece quer aquando da apreciação e autorização do prazo pedido para a execução de obra, quer no que toca ao cumprimento do prazo da obra. Os fiscais de obras inviabilizam a análise dos pedidos de suspensão de obras por parte do superior hierárquico, não sendo possível a este último tomar conhecimento e tratar de todos os casos de execução de obras fora do prazo.

Para manter uma boa comunicação com as instituições congéneres e acompanhar as mais recentes informações relativas à auditoria, o Comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou, na qualidade de observador, no V Seminário da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP), realizado em Setembro no Funchal - Portugal. No seminário, Ho Veng On apresentou uma intervenção sobre o tema de debate A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Que Papel para os Tribunais de Contas?

Em Novembro, Ho Veng On, liderou uma delegação para participar no Fórum de Auditoria Guangdong-Hong Kong-Macau 2017 organizado pelo Departamento de Auditoria da província de Guangdong, na cidade de Meizhou, tendo partilhado opiniões com os dirigentes do Comissariado da Auditoria de Hong Kong e do Departamento de Auditoria de Guangdong sobre assuntos técnicos de interesse comum.

No dia 5 de Junho de 2017, realizou-se, na cidade de Nanjing, a cerimónia de abertura do Seminário de Auditoria para as Instituições Superiores de Auditoria localizadas ao longo do percurso de «Uma Faixa, Uma Rota» 2017, organizado pelo Gabinete de Auditoria Nacional (GAN). A convite deste Gabinete, a Chefe do Gabinete do Comissário da Auditoria e o Director dos Serviços de Auditoria estiveram no seminário para se inteirar do desenvolvimento socio-económico da China e da situação geral de auditoria, bem como reforçar os intercâmbios com as instituições congéneres. Em Agosto, a convite da Sociedade de Auditoria da China, o Director dos Serviços de Auditoria liderou uma delegação para participar no Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2017, realizado em Taipé, no qual a delegação do CA apresentou algumas comunicações.

Para ampliar os conhecimentos profissionais dos funcionários de auditoria, em 2017, o CA realizou o Workshop profissional de auditoria junto com a Associação de Auditores de Contas Registados de Macau. Todos os seis oradores são profissionais de renome no sector que possuem larga experiência e alcançam resultados distintos. As matérias apresentadas incluem a gestão de riscos nas obras de infraestrutura de grande envergadura, os riscos informáticos, o controlo interno, a auditoria de tecnologias informáticas, a auditoria interna, os pontos de diferenciação de informações relevantes, a eficiente gestão de riscos de segurança na Internet e a eficiente gestão de reputação, crises e incidentes.

No domínio da divulgação, o CA deu continuidade aos Encontros sobre a cultura de auditoria

dirigidos a participantes dos cursos de promoção das Forças de Segurança e a trabalhadores recém-admitidos na função pública. O CA foi ainda convidado pelos serviços públicos para promover a aplicação adequada do erário público junto dos seus trabalhadores. Em 2017, o CA realizou um total de 43 sessões, com cerca de 1200 participantes.

Governo Central Reconhece os Trabalhos Judiciais e Ministério Público Salvaguarda a Justiça Social



Processos tratados pelos tribunais das três instâncias

2017	Tribunal de Última Instância	Tribunal de Segunda Instância	Tribunal Judicial de Base (incluindo o Tribunal Administrativo)	Tribunal Administrativo	Total
Processos recebidos	89	1241	21.591	1095	24.016
Processos concluídos	69	1122	21.135	138	22.464
Processos pendentes	65	740	13.392	1485	15.682